

**FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO – BPI
BRASIL VALOR**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO
EM 30 DE JUNHO DE 2018

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

| <u>CONTEÚDO</u> | <u>PÁGINA</u> |
|--|---------------|
| I - RELATÓRIO DE GESTÃO | 3 |
| II - BALANÇO E CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO – BPI BRASIL VALOR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 | 10 |
| III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO – BPI BRASIL VALOR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 | 13 |
| IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO – BPI BRASIL VALOR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 | 15 |
| V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 | 17 |
| VI - RELATÓRIO DE AUDITORIA | 26 |

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

BPI Brasil Valor

DIVERSIFICAÇÃO

| | |
|--|--|
| Tipo de Fundo: | Fundo Especial de Investimento Aberto de Ações Brasileiras |
| Data de Início: | 13 de Outubro de 2010 |
| Objectivo: | O objectivo principal do OEI é proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ações, Brazilian Depositary Receipts (certificados representativos de valores mobiliários de emissão de Sociedades abertas ou equiparadas com sede no exterior, emitidos por uma instituição depositária no Brasil), obrigações com direito de subscrição de ações, obrigações convertíveis em ações, warrants e qualquer outro tipo de valor que confira o direito de subscrição de ações, seja convertível em ações ou tenha a remuneração indexada a ações emitidas por sociedades brasileiras, bem como de sociedades cuja actividade principal seja desenvolvida no Brasil. |
| Política de Distribuição de Rendimentos: | Fundo de capitalização |
| Banco Depositário: | Banco BPI, S.A. |
| Locais de Comercialização: | Banco Português de Investimento, S.A.; Banco BPI, S.A.. |
| Canais Alternativos de Comercialização à Distância: | Internet – www.bpionline.pt ; www.bpinet.pt .; www.bancobest.pt ; Telefone - BPI Directo (800 200 500) |

O BPI Brasil Valor teve uma performance negativa no primeiro semestre do ano devido, sobretudo, à depreciação de 12.21% do Real em relação ao Euro. Esta forte desvalorização ficou a dever-se ao cenário internacional de subida de taxas de juro nos Estados Unidos, à pressão provocada pelas ameaças de guerra comercial entre a administração Trump e os principais parceiros comerciais dos EUA e também à instável situação política brasileira.

O ano começou com a condenação em segunda instância de Lula da Silva pelo Tribunal Regional Federal, o que culminou na prisão do ex-presidente em Março. No entanto, o evento que mais prejudicou a performance dos ativos brasileiros este semestre foi a greve dos camionistas que paralizou o país durante mais de uma semana. A forma como o governo lidou com a crise levou o mercado a questionar a determinação e capacidade do governo Brasileiro para implementar reformas económicas no futuro. Por outro lado, as sondagens sobre as eleições presidenciais de Outubro continuaram mostrar resultados fracos para candidatos pró-reformas, nomeadamente Geraldo Alckmin que tem recebido pouco apoio popular à sua candidatura, mesmo no estado de São Paulo, onde foi governador durante 12 anos. Isto resultou num aumento do risco do país, medido pelos credit default swaps da dívida soberana.

Na frente económica, a greve teve impactos temporários na inflação do preço dos alimentos e combustíveis. A produção industrial também foi negativamente afetada pela paralisação ao cair 10.9% em Maio face ao mês anterior. A equipa que gere o BPI Brasil continua otimista com a economia brasileira no médio prazo devido à elevada capacidade ociosa das empresas e às condições externas ainda favoráveis. A equipa está a aproveitar ativamente oportunidades criadas pela queda recente no mercado de ações brasileiro, para aumentar posições em empresas sólidas e com elevado potencial de geração de cash flows.

Distribuição Sectorial 30-06-2018



| | | |
|--------------|-------------------|-----------------------|
| ■ FINANÇEIRO | ■ MATÉRIAS-PRIMAS | ■ CONSUMO NÃO-CÍCLICO |
| ■ LIQUIDEZ | ■ CONSUMO CÍCLICO | ■ ENERGIA |
| ■ UTILITIES | ■ INDUSTRIAL | ■ DIVERSIFICAÇÃO |

Principais Títulos em Carteira

| | |
|-----------------------------------|-------|
| VALE SA - ORD. | 12,3% |
| PETROBRAS - PETROLEO BRADIL-PREF. | 5,7% |
| RUMO SA. | 5,7% |
| BANCO BRADESCO-PREF | 5,6% |
| AMBEV SA | 4,7% |

Condições de Investimento em 30.06.2018

| | | | |
|----------------------------|---|------------------------|--------------|
| Subscrição Inicial | 1000 euros | Pré-aviso de reembolso | 5 dias úteis |
| Entregas Adicionais | 25 euros | | |
| Comissões: | | | |
| Subscrição | 0% | Gestão | 2,170% |
| Resgate | - 1% até 180 dias decorridos sobre a data de subscrição - 0,5% entre 181 e 360 dias após a data de subscrição - 0% acima de 360 dias. | Depositário | 0,800% |

O Fundo investe nos mercados indicados na *Política de Investimentos* constante nos prospectos do mesmo, tendo para tal uma equipa de *trading* direccionada para a *best execution* das suas ordens, bem como a negociação das taxas mais baixas desses mercados.

Rentabilidade e Risco

| ANOS | RENDIBILIDADE | RISCO | CLASSE DE RISCO |
|---------|---------------|--------|-----------------|
| 2011 | -34,50% | 32,01% | 7 |
| 2012 | 3,10% | 20,89% | 6 |
| 2013 | -22,42% | 20,58% | 6 |
| 2014 | 0,73% | 27,29% | 7 |
| 2015 | -40,34% | 30,24% | 7 |
| 2016 | 73,60% | 32,88% | 7 |
| 2017 | 4,15% | 23,59% | 6 |
| 2018_1S | -19,27% | 23,33% | 6 |

Rentabilidades anualizadas a 30-06-2018

| | |
|----------------|--------|
| YTD | -19,3% |
| 3 Anos | -2,3% |
| 5 Anos | -3,6% |
| Desde o início | -9,8% |

Movimentos de unidades de participação 2018

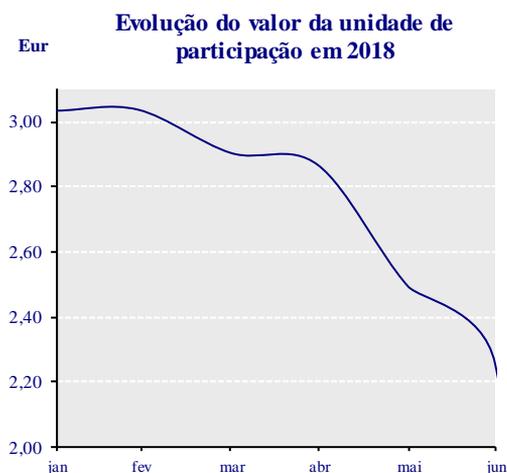
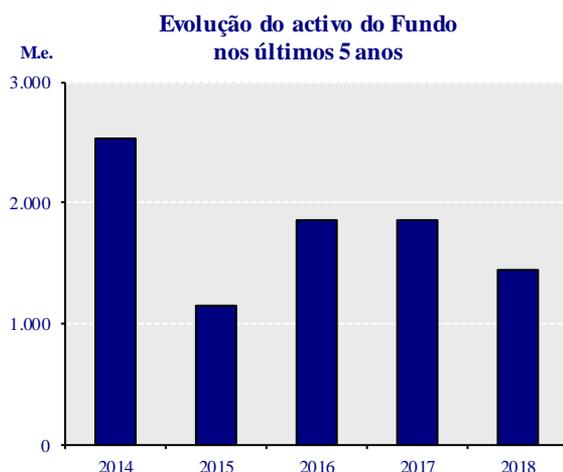
| | |
|---------------------------------------|---------|
| UP em circulação no início do período | 666.587 |
| UP emitidas em 2017 | 61.629 |
| UP resgatadas em 2017 | 90.287 |
| UP em circulação no final do período | 637.930 |

Advertência: Os dados que serviram de base no apuramento dos riscos e da rentabilidade histórica são factos passados e, como tal, poderão não se verificar no futuro. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

Evolução do Fundo nos últimos 5 anos

| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Valor líquido global * | 2.533 | 1.147 | 1.853 | 1.864 | 1.440 |
| Valor da UP | 2,59200 | 1,54634 | 2,68450 | 2,79591 | 2,25721 |
| Número de UP | 977.180 | 741.748 | 690.343 | 666.587 | 637.930 |

*(Milhares de euros)



Demonstração do Património do Fundo

(Valores em Euro)

| | 2017 | 2018 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Valores mobiliários | 1.828.813 | 1.286.679 |
| Saldos Bancários | 32.276 | 160.114 |
| Outros activos | 7.500 | 1.359 |
| Total dos activos | 1.868.590 | 1.448.152 |
| Passivo | 4.875 | 8.210 |
| Valor líquido de Inventário | 1.863.714 | 1.439.942 |

Distribuição de títulos em carteira

(Valores em Euro)

| Descrição dos títulos | Preço de aquisição | Valor da carteira | Juros corridos | SOMA | % |
|--|--------------------|-------------------|----------------|-----------|---------|
| VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS | | | | | |
| <i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros EU</i> | 1.035.313 | 1.286.679 | - | 1.286.679 | 100,00% |
| TOTAL | 1.035.313 | 1.286.679 | - | 1.286.679 | 100,00% |

Movimentos de títulos no período

(Valores em Euro)

| | Compras | Vendas |
|--|---------|---------|
| <i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros EU</i> | - | 231.878 |

Regras de valorimetria

a) Valores mobiliários

- i) A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflecte o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transaccionados pela Sociedade Gestora.
- ii) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios de valorização:

A valorização de acções não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base em valores de ofertas de compra firmes difundidas por um market maker da escolha da **Sociedade Gestora** disponibilizadas para o Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo ou, na sua falta, com base em modelos teóricos, tais como o modelo dos cash-flows descontados, que sejam considerados adequados pela **Sociedade Gestora** para as características do activo a valorizar. Exceptua-se o caso de acções em processo de admissão à cotação em que se tomará por base a última cotação conhecida no momento de Referência das acções da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a **Sociedade Gestora** considere que, designadamente por falta de representatividade das transacções realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflecta o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da **Sociedade Gestora** melhor reflecta o presumível valor de realização dos títulos em questão no Momento de Referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como o Financial Times Interactive Data, oISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela **Sociedade Gestora**;

- 2) Junto de market makers da escolha da **Sociedade Gestora**, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra; Apenas são elegíveis para este efeito:
 - a) As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
 - b) As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflecta o risco associado a esse investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação directa com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.

b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- a) Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- b) A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- c) Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%

c) Instrumentos derivados

- i) Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respectivos Mercados no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo;
- ii) Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela **Sociedade Gestora** utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
 - 1) Os valores disponíveis no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um market-maker da escolha da **Sociedade Gestora**;
 - 2) Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da **Sociedade Gestora** sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor actual das posições em carteira através da actualização dos cash-flows a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efectuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

INFORMAÇÃO DOS CUSTOS E PROVEITOS DO OIC NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

| Descritivo | 2018 1.º Semestre | 2017 | 2016 | 2015 |
|-------------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| Proveitos | | | | |
| Juros e Proveitos Equiparados | | -25 | 1 | 15 |
| Rendimento de Títulos | 22 741 | 47 310 | 193 122 | 57 088 |
| Ganhos em Operações Financeiras | 2 124 661 | 4 428 090 | 17 313 897 | 6 820 251 |
| Reposição e Anulação de Provisões | 1 | 1 | 268 796 | 340 359 |
| Outros Ganhos e Proveitos Correntes | 549 | 2 930 | 2 671 | 952 |
| Outros Ganhos e Proveitos Eventuais | | | 900 | 830 |
| Total | 2 147 952 | 4 478 307 | 17 779 386 | 7 219 495 |
| Custos | | | | |
| Juros e Custos Equiparados | 115 | | | 2 |
| Comissões e Taxas | 21 123 | 48 801 | 241 106 | 52 171 |
| Perdas em Operações Financeiras | 2 445 666 | 4 341 557 | 17 106 462 | 7 660 519 |
| Impostos | 2 249 | 5 539 | 297 898 | 55 810 |
| Provisões para encargos | 1 | 1 | | 291 292 |
| Outros Custos e Perdas Correntes | 24 | 49 | 171 | 90 |
| Outros Custos e Perdas Eventuais | | | | |
| Total | 2 469 179 | 4 395 947 | 17 645 637 | 8 059 883 |
| Resultado do Fundo | -321 227 | 82 359 | 133 749 | -840 387 |

(valores em Euro)

Eventos subsequentes

Sem eventos subsequentes relevantes a reportar

**II - BALANÇO E CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO
ABERTO – BPI BRASIL VALOR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

(valores em Euro)

Data: 30.06.2018

| DIREITOS SOBRE TERCEIROS | | | | RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS | | | |
|--------------------------------------|--|------------|------------|--------------------------------------|--|------------|------------|
| Código | Designação | 30.06.2018 | 31.12.2017 | Código | Designação | 30.06.2018 | 31.12.2017 |
| Operações Cambiais | | | | Operações Cambiais | | | |
| 911 | À vista | | | 911 | À vista | | |
| 912 | A prazo (forwards cambiais) | | | 912 | A prazo (forwards cambiais) | | |
| 913 | Swaps cambiais | | | 913 | Swaps cambiais | | |
| 914 | Opções | | | 914 | Opções | | |
| 915 | Futuros | | | 915 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| Operações Sobre Taxas de Juro | | | | Operações Sobre Taxas de Juro | | | |
| 921 | Contratos a prazo (FRA) | | | 921 | Contratos a prazo (FRA) | | |
| 922 | Swap de taxa de juro | | | 922 | Swap de taxa de juro | | |
| 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | | 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | |
| 924 | Opções | | | 924 | Opções | | |
| 925 | Futuros | | | 925 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| Operações Sobre Cotações | | | | Operações Sobre Cotações | | | |
| 934 | Opções | | | 934 | Opções | | |
| 935 | Futuros | | | 935 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| Compromissos de Terceiros | | | | Compromissos Com Terceiros | | | |
| 942 | Operações a prazo (reporte de valores) | | | 941 | Subscrição de títulos | | |
| 944 | Valores cedidos em garantia | | | 942 | Operações a prazo (reporte de valores) | | |
| 945 | Empréstimos de títulos | | | 943 | Valores cedidos em garantia | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | <i>TOTAL DOS DIREITOS</i> | | | | <i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i> | | |
| 99 | CONTAS DE CONTRAPARTIDA | | | 99 | CONTAS DE CONTRAPARTIDA | | |

**III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO –
BPI BRASIL VALOR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

(valores em Euro)

Data: 30.06.2018

| CUSTOS E PERDAS | | | | PROVEITOS E GANHOS | | | |
|---------------------|---|------------------|------------------|--------------------|--|------------------|------------------|
| Código | Designação | 30.06.2018 | 30.06.2017 | Código | Designação | 30.06.2018 | 30.06.2017 |
| | Custos e Perdas Correntes | | | | Proveitos e Ganhos Correntes | | |
| | Juros e Custos Equiparados | | | | Juros e Proveitos Equiparados | | |
| 711+718 | De Operações Correntes | 115 | | 812+813 | Da Carteira de Títulos e Outros Ativos | | |
| 719 | De Operações Extrapatrimoniais | | | 811+814+827+818 | De Operações Correntes | | |
| | Comissões e Taxas | | | 819 | De Operações Extrapatrimoniais | | |
| 722+723 | Da Carteira de Títulos e Outros Ativos | 167 | 210 | | Rendimento de Títulos | | |
| 724+...+728 | Outras Operações Correntes | 20 955 | 24 170 | 822+...+824+825 | Na Carteira de Títulos e Outros Ativos | 22 741 | 23 770 |
| 729 | De Operações Extrapatrimoniais | | | 829 | De Operações Extrapatrimoniais | | |
| | Perdas em Operações Financeiras | | | | Ganhos em Operações Financeiras | | |
| 732+733 | Da Carteira de Títulos e Outros Ativos | 2 421 009 | 2 363 556 | 832+833 | Na Carteira de Títulos e Outros Ativos | 2 109 661 | 2 258 728 |
| 731+738 | Outras Operações Correntes | | | 831+838 | Outras Operações Correntes | | |
| 739 | Em Operações Extrapatrimoniais | 24 657 | 34 506 | 839 | Em Operações Extrapatrimoniais | 15 001 | 31 334 |
| | Impostos | | | | Reposição e Anulação de Provisões | | |
| | Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e | | | 851 | Provisões para Encargos | 1 | 1 |
| 7411+7421 | Incrementos Patrimoniais | 1 782 | 2 236 | 87 | Outros Proveitos e Ganhos Correntes | 549 | 1 916 |
| 7412+7422 | Impostos Indirectos | 467 | 521 | | | | |
| 7418+7428 | Outros impostos | | | | <i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i> | <u>2 147 952</u> | <u>2 315 747</u> |
| | Provisões do Exercício | | | | | | |
| 751 | Provisões para Encargos | 1 | 1 | | | | |
| 77 | Outros Custos e Perdas Correntes | 24 | 14 | | | | |
| | <i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i> | <u>2 469 179</u> | <u>2 425 215</u> | | | | |
| 79 | Outros Custos e Perdas das SIM | | | 89 | Outros Proveitos e Ganhos das SIM | | |
| | <i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i> | | | | <i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i> | | |
| | Custos e Perdas Eventuais | | | | Proveitos e Ganhos Eventuais | | |
| 781 | Valores Incobráveis | | | 881 | Recuperação de Incobráveis | | |
| 782 | Perdas Extraordinárias | | | 882 | Ganhos Extraordinários | | |
| 783 | Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores | | | 883 | Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores | | |
| 788 | Outras Custos e Perdas Eventuais | | | 888 | Outros Proveitos e Ganhos Eventuais | | |
| | <i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i> | | | | <i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i> | | |
| 63 | Imposto Sobre o Rendimento do Exercício | | | | | | |
| 66 | Resultado Líquido do Período (se>0) | | | 66 | Resultado Líquido do Período (se<0) | <u>321 227</u> | <u>109 467</u> |
| | TOTAL | <u>2 469 179</u> | <u>2 425 215</u> | | TOTAL | <u>2 469 179</u> | <u>2 425 215</u> |
| (8*2/3/4/5)-(7*2/3) | Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos | (288 774) | (81 269) | F - E | Resultados Eventuais | | |
| 8*9 - 7*9 | Resultados das Operações Extrapatrimoniais | (9 657) | (3 173) | B+D+F-A-C-E+74 | Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento | (318 977) | (106 710) |
| B-A | Resultados Correntes | (321 227) | (109 467) | B+D+F-A-C- | | | |
| | | | | E+7411/8+7421/8 | Resultados Líquidos do Período | (321 227) | (109 467) |

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2018

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO
ABERTO – BPI BRASIL VALOR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

(valores em Euro)

Data: 30.06.18

| Descriminação dos Fluxos | 30.06.18 | 30.06.17 |
|--|-------------------|-------------------|
| Operações sobre as unidades do OIA | | |
| Recebimentos: | 156 839 | 507 603 |
| Subscrições de unidades de participação | 156 293 | 505 716 |
| Comissão de resgate | 545 | 1 887 |
| Pagamentos: | (254 430) | (323 484) |
| Resgates de unidades de participação | (254 430) | (323 484) |
| Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIA | (97 592) | 184 119 |
| Operações da carteira de título e outros activos | | |
| Recebimentos: | 262 195 | 61 856 |
| Venda de títulos e outros activos da carteira | 232 049 | 26 918 |
| Rendimento de títulos e outros activos da carteira | 30 146 | 26 715 |
| Outros recebimentos (na conversão de títulos) | | 8 223 |
| Pagamentos: | (1 430) | (168 591) |
| Compra de títulos e outros activos da carteira | () | (160 158) |
| Comissões de Bolsa suportadas | (75) | (61) |
| Comissões de corretagem | (93) | (150) |
| Outros pagamentos relacionados com a carteira | (1 263) | (8 223) |
| | (1 263) | (8 223) |
| Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos | 260 765 | (106 735) |
| Operações a prazo e de divisas | | |
| Recebimentos: | 11 129 | 94 157 |
| Operações cambiais | 32 | 65 944 |
| Outros recebimentos operações a prazo e de divisas | 11 097 | 28 213 |
| Pagamentos: | (20 939) | (31 064) |
| Operações cambiais | (940) | (348) |
| Outros pagamentos operações a prazo e de divisas | (19 999) | (30 715) |
| Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas | (9 810) | 63 093 |
| Operações de gestão corrente | | |
| Pagamentos: | (25 526) | (28 972) |
| Comissão de gestão | (20 100) | (22 638) |
| Comissão de depósito | (509) | (254) |
| Juros devedores de depósitos bancários | (115) | |
| Impostos e taxas | (4 802) | (5 954) |
| Outros pagamentos correntes | | (126) |
| Fluxo das Operações de Gestão Corrente | (25 526) | (28 972) |
| Operações eventuais | | |
| Fluxo das Operações Eventuais | - | - |
| Saldo dos Fluxos de caixa do período | 127 838 | 111 505 |
| Disponibilidades no início de período | 32 276 | 232 859 |
| Disponibilidades no fim do período | 160 114 | 344 364 |

V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018

INTRODUÇÃO

A constituição do BPI Brasil Valor Fundo de Investimento Alternativo Aberto (OIA) foi autorizada por deliberação do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 1 de Setembro de 2010, tendo iniciado a sua actividade em 13 de Outubro de 2010. É um organismo especial de investimento aberto, constituído por tempo indeterminado, e tem como principal objectivo a gestão de uma carteira de acções e activos equiparados, designadamente Brazilian Depositary Receipts (BDRs) (certificados de depósito emitidos por instituições brasileiras que representam valores mobiliários emitidos por companhias cotadas com sede no exterior), obrigações com direito de subscrição de acções, obrigações convertíveis em acções, warrants e qualquer outro tipo de valor que confira o direito de subscrição de acções, seja convertível em acções ou tenha remuneração indexada a acções, emitidos por sociedades brasileiras, bem como por sociedades cuja actividade principal seja desenvolvida no Brasil.

O OIA é administrado, gerido e representado pela BPI Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora). Por outro lado, a Sociedade Gestora subcontrata o Itáu Unibanco, S.A. no âmbito de serviços de gestão de carteira, que se consubstanciam essencialmente na escolha dos activos que compõem o património do OIA. As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A..

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIA

O capital do OIA está formalizado através de unidades de participação desmaterializadas, em regime de co-propriedade aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de cinco Euros cada. O valor de subscrição e de resgate das unidades de participação é calculado com base no valor do capital do OIA por unidade de participação, no dia em que são subscritas ou em que é solicitado o seu resgate, respectivamente.

Durante o período findo em 30 de junho de 2018, o movimento ocorrido no capital do OIA foi o seguinte:

(Valores em Euro)

| Descrição | 31.12.17 | Subscrições | Resgates | Distribuição de Resultados | Outros | Resultados do Exercício | 30.06.18 |
|-----------------------------|------------------|----------------|-------------------|----------------------------|-----------|-------------------------|------------------|
| Valor base | 3 332 942 | 308 146 | (451 433) | | | | 3 189 655 |
| Diferença p/Valor Base | 3 507 569 | (151 853) | 192 595 | | | | 3 548 310 |
| Resultados distribuídos | - | | | | | | - |
| Resultados acumulados | (5 059 155) | | | | 82 359 | | (4 976 796) |
| Resultados do período | 82 359 | | | | (82 359) | (321 227) | (321 227) |
| SOMA | 1 863 715 | 156 293 | (258 838) | - | - | (321 227) | 1 439 942 |
| Nº de Unidades participação | 666 587 | 61 629 | (90 287) | | | | 637 930 |
| Valor Unidade participação | 2.7959 | 2.5360 | 2.8668 | | | | 2.2572 |

Em 30 de junho de 2018, existiam 2 269 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIA, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

| | Data | Valor UP | VLGF | Nº UP em circulação |
|----------|----------|----------|-----------|---------------------|
| Ano 2018 | 30-06-18 | 2.2572 | 1 439 942 | 637 930 |
| | 31-03-18 | 2.9045 | 1 804 185 | 621 167 |
| Ano 2017 | 31-12-17 | 2.7959 | 1 863 715 | 666 587 |
| | 30-09-17 | 2.9267 | 2 084 051 | 712 080 |
| | 30-06-17 | 2.5554 | 1 926 411 | 753 870 |
| | 31-03-17 | 2.9167 | 2 131 297 | 730 732 |
| Ano 2016 | 31-12-16 | 2.6845 | 1 853 223 | 690 343 |
| | 30-09-16 | 2.5689 | 1 771 527 | 689 604 |
| | 30-06-16 | 2.2757 | 1 493 301 | 656 199 |
| | 31-03-16 | 1.8394 | 1 259 539 | 684 761 |

Em 30 de junho de 2018, os participantes do OIA podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

| Escalões | N.º participantes |
|------------------|-------------------|
| Ups >= 25% | - |
| 10% <= Ups < 25% | 1 |
| 5% <= Ups < 10% | 1 |
| 2% <= Ups < 5% | 7 |
| 0.5% <= Ups < 2% | 20 |
| Ups < 0.5% | 409 |
| TOTAL | 438 |

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Descrição dos títulos | (valores em Euro) | | | | | |
|------------------------------------|--------------------|-------------|--------------|-------------------|----------------|---------|
| | Preço de aquisição | Mais valias | Menos valias | Valor da carteira | Juros corridos | SOMA |
| 1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS | | | | | | |
| M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE | | | | | | |
| -Ações | | | | | | |
| BRADSPAR PREF. | 32 230 | 13 104 | - | 45 334 | - | 45 334 |
| EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA | 7 439 | 1 751 | - | 9 190 | - | 9 190 |
| ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU PR | 58 459 | 7 118 | - | 65 577 | - | 65 577 |
| ULTRAPAR PARTICIPACOESPREF. | 14 133 | - | (3 894) | 10 239 | - | 10 239 |
| COSAN SA INDUSTRIA E COMERCIO. | 32 044 | 724 | - | 32 769 | - | 32 769 |
| CIA ENERGETICA MINAS GERPREF | 39 634 | 11 830 | - | 51 464 | - | 51 464 |
| BANCO DO BRASIL | 9 398 | 7 201 | - | 16 599 | - | 16 599 |
| LOJAS AMERICANAS SA PREF | 39 006 | 4 307 | - | 43 313 | - | 43 313 |
| CIA ENERGETICA DE SAO PAULO PREF B | 17 728 | 6 332 | - | 24 061 | - | 24 061 |
| PETROBRAS PETROLEO BRADILPREF. | 44 034 | 37 557 | - | 81 591 | - | 81 591 |
| B3 SA | 74 519 | - | (21 854) | 52 665 | - | 52 665 |
| ITAU UNIBANCO HOLDING | 28 991 | 11 865 | - | 40 856 | - | 40 856 |
| BANCO BRADESCOPREF | 61 776 | 19 051 | - | 80 827 | - | 80 827 |
| VALE SA ORD. | 75 593 | 102 043 | - | 177 636 | - | 177 636 |
| CIELO SA | 10 730 | - | (4 457) | 6 273 | - | 6 273 |

(valores em Euro)

| Descrição dos títulos | Preço de aquisição | Mais valias | Menos valias | Valor da carteira | Juros corridos | SOMA |
|-----------------------------------|--------------------|----------------|------------------|-------------------|----------------|------------------|
| 1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS | | | | | | |
| M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE | | | | | | |
| -Ações | | | | | | |
| FIBRIA CELULOSE SA | 7 958 | 3 362 | - | 11 320 | - | 11 320 |
| BRF SA. | 15 056 | - | (9 842) | 5 214 | - | 5 214 |
| IOCHPEMAXION SA. | 19 621 | 10 666 | - | 30 287 | - | 30 287 |
| TELEFONICA BRASIL S.A. | 11 498 | 2 771 | - | 14 270 | - | 14 270 |
| CCR SA | 5 993 | - | (677) | 5 315 | - | 5 315 |
| COMP.SANEAMENTO BASICO DE SP | 12 967 | - | (2 587) | 10 380 | - | 10 380 |
| AMBEV SA | 69 475 | - | (1 564) | 67 912 | - | 67 912 |
| KLABIN SAUNIT. | 39 180 | 1 875 | - | 41 055 | - | 41 055 |
| DIRECIONAL ENGENHARIA SA. | 17 420 | 5 423 | - | 22 843 | - | 22 843 |
| KROTON EDUCACIONAL SA. | 55 582 | - | (16 122) | 39 460 | - | 39 460 |
| IGUATEMI EMP DE SHOPPING | 48 132 | 17 842 | - | 65 974 | - | 65 974 |
| MINERVA SA | 24 145 | - | (10 312) | 13 832 | - | 13 832 |
| LOJAS RENNEN SA STOCK SPLIT | 32 906 | 4 890 | - | 37 796 | - | 37 796 |
| AES TIETE ENERGIE SA UNIT | 23 301 | - | (6 791) | 16 511 | - | 16 511 |
| VALID SOLUCOES SA. | 31 160 | - | (12 632) | 18 529 | - | 18 529 |
| INTERNATIONAL MEAL COMPANY A | 8 789 | 9 314 | - | 18 104 | - | 18 104 |
| RUMO SA. | 28 273 | 53 419 | - | 81 692 | - | 81 692 |
| CONSTRUTORA TENDA SA | - | 15 411 | - | 15 411 | - | 15 411 |
| GAFISA SA | 17 911 | - | (11 213) | 6 698 | - | 6 698 |
| BANCO BTG PACTUAL SAUNIT | 19 487 | 6 019 | - | 25 506 | - | 25 506 |
| PPLA PARTICIPATIONS LTDRS | 744 | - | (567) | 178 | - | 178 |
| | 1 035 313 | 353 877 | (102 511) | 1 286 679 | - | 1 286 679 |
| TOTAL | 1 035 313 | 353 877 | (102 511) | 1 286 679 | - | 1 286 679 |

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2018 foi o seguinte:

(valores em Euro)

| Descrição | 31.12.17 | Aumentos | Reduções | 30.06.18 |
|-------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Depósitos à ordem | 32 276 | 993 947 | 866 110 | 160 114 |
| TOTAL | 32 276 | 993 947 | 866 110 | 160 114 |

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, o qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, com entrada em vigor após 24 de Junho de 2015, tendo revogado Decreto-Lei nº 63-A/2013, de 10 de maio.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de períodos

O OIA regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

b) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação pelo seu valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os ativos da carteira do OIA são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas nas alíneas seguintes. O momento de referência da valorização ocorre pelas 17 horas de Lisboa para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, exchange-traded fund (ETF's) e derivados) e pelas 22 horas de Lisboa para unidades de participação, ações, ETF's, instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano;
- ii) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIA. Caso não exista cotação nesse dia ou cujas cotações não sejam consideradas pela Sociedade Gestora como representativas do seu presumível valor de realização, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que se tenha verificado nos 15 dias anteriores; e
- iii) As ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, são valorizadas com base em valores de oferta de compra, difundidos por um market maker da sua escolha, disponibilizados para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIA.

As mais e menos-valias apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do ativo.

Os dividendos são registados quando atribuídos na rubrica “Rendimento de títulos e outros ativos” da demonstração dos resultados.

Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor do capital do OIA pelo número de unidades de participação em circulação. O capital do OIA corresponde ao somatório das rubricas unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate e o valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate. A diferença apurada é repartida entre a fração imputável a exercícios anteriores e a parte atribuível ao exercício.

d) Comissão de subscrição

O OIA está isento de comissão de subscrição.

e) Comissão de resgate

A partir de novembro de 2013, a comissão de resgate passou a ser uma receita do OIA.

A comissão de resgate é calculada em função do período de permanência da aplicação nos termos a seguir indicados:

- 1% para períodos de permanência até 180 dias;
- 0,5% para períodos de permanência de 181 a 360 dias, e
- 0% para períodos de permanência superiores a 360 dias.

Para efeito de apuramento do valor da comissão de resgate é utilizado o critério FIFO, sendo resgatadas as unidades de participação que tiverem sido subscritas há mais tempo.

f) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do patrimônio do OIA. De acordo com o regulamento de gestão do OIA, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 2,170% ao capital do OIA, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. Este custo é registrado na rubrica “Comissões e taxas”.

g) Comissão de depósito

A comissão de depósito corresponde à remuneração do banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do OIA, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,080% ao capital do OIA, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. Este custo é registado na rubrica “Comissões e taxas”.

h) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do OIA, sendo calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do OIA no final de cada mês e é registada na rubrica “Comissões e taxas”.

A taxa mensal aplicável ao OIA é de 0,026‰, com um limite mensal mínimo e máximo de 200 Euros e 20.000 Euros, respetivamente.

i) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base no câmbio indicativo para as operações à vista (“fixing”) divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial são registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.

j) Impostos

A partir de 1 de Julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

O OIC, em 30 de junho de 2015, no âmbito do regime transitório previsto no Decreto-Lei n.º 7/2015, procedeu ao registo de impostos diferidos passivos sobre o valor total das mais-valias apuradas à data de referência assumindo a compensação de mais e menos valias potenciais, cujo montante foi refletido na rubrica de “provisões para encargos”. O valor apurado é exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2018, as posições cambiais mantidas pelo OIA podem resumir-se da seguinte forma:

| Moedas | À Vista | A Prazo | | | | | Posição Global |
|------------------|-----------|---------|---------|-------|--------|---------------|----------------|
| | | Forward | Futuros | Swaps | Opções | Total a prazo | |
| BRL | 6 146 939 | - | - | - | - | - | 6 146 939 |
| USD | 1 183 | - | - | - | - | - | 1 183 |
| Contravalor Euro | 1 370 776 | - | - | - | - | - | 1 370 776 |

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2018, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

| AÇÕES E VALORES SIMILARES | MONTANTE (Euros) | EXTRA-PATRIMONIAIS | | SALDO |
|---------------------------|------------------|--------------------|--------|-----------|
| | | Futuros | Opções | |
| Ações | 1 286 679 | - | - | 1 286 679 |

(valores em Euro)

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIA durante o período findo em 30 de junho de 2018 apresentam a seguinte composição:

| Custos | Valor | %VLGF * |
|---|---------------|---------------|
| Comissão de Gestão | 19 191 | 2.188% |
| - Componente fixa | 19 191 | 2.188% |
| Comissão de Depósito | 564 | 0.064% |
| Taxa de Supervisão | 1 200 | 0.137% |
| Custos de Auditoria | 24 | 0.003% |
| Outros custos | - | 0.000% |
| TOTAL | 20 980 | |
| TAXA DE ENCARGOS CORRENTES (TEC) | | 2.392% |

*Média relativa ao período de referência

De acordo com o artigo 68.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, de 12 de junho de 2015, a taxa de encargos correntes consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, comissão de depósito, taxa de supervisão, custos de auditoria e outros custos correntes, num dado exercício, e o seu valor líquido global médio nesse mesmo exercício. Adicionalmente, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que preveja investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

VI - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **BPI Brasil Valor – Fundo Especial de Investimento Aberto** (“OIC”) sob gestão da BPI Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., que compreendem o balanço em 30 de junho de 2018 (que evidencia um total de 1 448 152 euros e um total de capital do OIC de 1 439 942 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 321 227 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período 6 de meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **BPI Brasil Valor – Fundo Especial de Investimento Aberto**, gerido pela BPI Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. em 30 de junho de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período 6 de meses findo naquela data, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC e da respetiva Entidade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período 6 de meses findo em 30 de junho de 2018. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos

| Descrição da matéria relevante de auditoria | Abordagem e resposta de auditoria |
|--|--|
| <p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2018, cerca de 89% do valor do ativo do OIC.</p> <p>Conforme referido na alínea b) da nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao valor de mercado, em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015.</p> <p>Os instrumentos financeiros admitidos à negociação em mercados regulamentados foram avaliados tendo por base o respetivo preço do mercado oficial ativo.</p> <p>Os instrumentos financeiros que não se encontrem admitidos à negociação em mercados regulamentados são valorizados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os valores mobiliários não admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, ou cujas cotações não sejam consideradas como representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação é procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora; Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de “market makers” da escolha da Sociedade Gestora, ou através de modelos teóricos de avaliação. <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p> | <p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços; Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas; Para os instrumentos financeiros de valor significativo, com pressupostos de avaliação não observáveis mediante recurso a fontes de valorização representativas, recorreremos à execução de procedimentos de avaliação alternativos, e Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável. |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

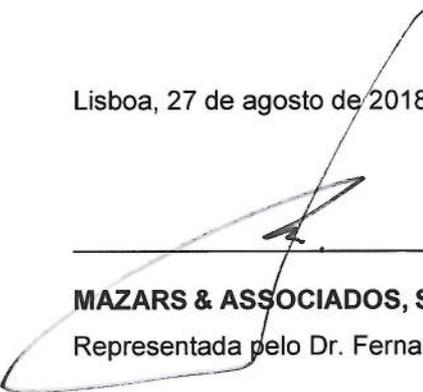
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em julho de 2014, o qual foi renovado sucessivamente para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer fraude ou indício de fraude;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Lisboa, 27 de agosto de 2018



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)